



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR AS CAUSAS E RESPONSABILIDADES PELA RECORRÊNCIA DOS INCÊNDIOS EM FAVELAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, BEM COMO AS PROVIDÊNCIAS QUE O PODER PÚBLICO VEM ADOTANDO PARA PREVENIR NOVOS SINISTROS E O EFETIVO CUMPRIMENTO DAS FINALIDADES DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO
(PROCESSO RDP Nº 08-0006-2012)

PRESIDENTE: RICARDO TEIXEIRA

TIPO DA REUNIÃO: CPI – INCÊNDIOS EM FAVELAS
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 DE Setembro de 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - Bom dia a todos. Declaro aberta a terceira reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – Incêndios. Processo RDP Nº 08-006/2012. Com a presença dos Vereadores membros Ricardo Teixeira, Edir Sales, Ushitaro Kamia e Toninho Paiva.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

Foi convocado para depor no dia de hoje, nesta reunião, o Sr. Jair Paca de Lima, Coordenador-Geral da Defesa Civil do Município de São Paulo, a quem peço que componha a Mesa, junto comigo, junto com a gente.

Foi também convidado; para compor esta Mesa com a gente, hoje, e conversar sobre esses problemas; o Sr. Francisco Miranda, que é representante da Comunidade do Moinho.

Obrigado, Francisco Miranda por estar aqui junto com a gente.

Eu pediria, então, para que o Cel. Jair Paca de Lima, como Coordenador da Defesa Civil, pudesse explanar as últimas ocorrências, os dados técnicos e os levantamentos realizados pela Coordenadoria de Defesa Civil do Município de São Paulo.

Bom dia, Coronel.

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Tenho que ler? Bom, vou fazer a leitura do Termo de Compromisso.

“Eu, Jair Paca de Lima, convocado para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas e responsabilidades pela recorrência dos incêndios em favelas no Município de São Paulo, bem como, as providências que o Poder Público vem adotando para prevenir novos sinistros e o efetivo cumprimento das finalidades, dos projetos, dos programas de assistência a essa população, com prazo de 120 dias, Processo RDP Nº 08-006/2012, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do

Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.”

Está assinado, por mim, o termo.

Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Pode, estamos lhe aguardando.

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Vou falar um pouco da minha vida, a chegada ao Corpo de Bombeiros. Eu sou da turma de 1974, do Barro Branco. O meu batismo, na chegada ao Corpo de Bombeiros, foi o incêndio no Edifício Joelma, próximo daqui. Naquele dia, eu me apresentava ao Corpo de Bombeiros como Aspirante a Oficial do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A nossa participação, naquele incêndio, foi quase que nula - apenas para conhecimento -, porque nós éramos Aspirantes e os Oficiais não permitiram a nossa ida até o local, participar do combate ao incêndio, porque era uma área de risco.

Na Capital de São Paulo, Grande ABC e no Estado de São Paulo, eu desempenhei todas as funções da carreira policial, militar e Corpo de Bombeiros, de Aspirante a Oficial, quando aqui cheguei. É bom lembrar que entrei como Soldado na Polícia Militar e saí Aspirante a Oficial. Segundo Tenente, trabalhei aqui na Capital e no ABC. Até Capitão, permaneci no ABC. Depois, retornei para a Capital e fui promovido a Major. Fui para a Baixada Santista, retornei, novamente, para a Capital, onde permaneci até ir para a reserva como Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. Portanto, eu desempenhei quase todas as funções inerentes a essa profissão.

Estou falando isso apenas para mostrar que já de muito tempo nós convivemos com toda a problemática da cidade de São Paulo e do estado de São Paulo. Eu também nesse período fui comandante do Corpo de Bombeiros. Fui subcomandante do Corpo de Bombeiros da Vila Mariana. Depois fui comandante do Corpo de Bombeiros da zona Norte, 2º GP; depois da manutenção; comandante do Corpo de Bombeiros da Capital. Posteriormente, comandante do Corpo de Bombeiros da área metropolitana e finalmente comandante do Corpo de

Bombeiros do Estado de São Paulo.

Nesse período acredito ter participado de todas as grandes emergências da cidade de São Paulo desde a década de 70, final de 74 até o ano 2005, quando fui para a reserva e fui convidado para exercer a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. Aqui cheguei em 2005. Permaneci até 2008; me afastei da Defesa Civil por aproximadamente um ano e alguns meses. Retornei para a Defesa Civil; me afastei novamente por três meses e retornei para a Defesa Civil onde permaneço até hoje.

Nesse período nos deparamos com vários incêndios do tipo que nós estamos aqui tratando, sendo que um dos que mais me chamou a atenção foi um grande incêndio na Favela Heliópolis, onde eu era tenente-coronel e comandeí aquelas operações, onde teve inclusive o trabalho do Águia pela primeira vez atuando com extinção em incêndio urbano, colocando água que era transportada daquela área da água fria, onde tem o parque. Essa água era transportada até o local de incêndio. Nesse incêndio, nós tivemos, salvo engano, seis óbitos e 49 pessoas foram feridas. Eu reputo como um dos maiores incêndios em favela aqui da Capital.

Depois atuamos em todo aquele complexo da Vila Prudente onde existiam as Favelas do Paraguai, que se localizavam embaixo daquele complexo de viadutos. Também tivemos vários incêndios ali. Também tivemos alguns incêndios na Zachi Narchi. Também combatemos grandes incêndios na Zachi Narchi. Posteriormente também incêndios no começo da Imigrantes. Também ali nós tínhamos um complexo de favelas também muito grande.

Quando aqui cheguei na Defesa Civil logo de bate pronto nos deparamos também com alguns incêndios na Favela Zachi Narchi novamente e nas favelas também ali do Complexo da Vila Maria, principalmente a Favela da Funerária. Portanto, eu convivo com esses incêndios e assentamentos já há muito tempo.

Também nesse período, tenho muito na lembrança que o primeiro trabalho que foi feito de prevenção e combate a incêndios em assentamentos foi na Favela do Pantanal.

Lembro-me bem do tenente-coronel Ênio que desenvolveu um trabalho na Favela do Pantanal juntamente com a Sabesp e esse trabalho posteriormente foi - quando a Sabesp encerrou os seus trabalhos e também com as mudanças ocorridas - deixado de lado.

Aproximadamente no início de 2000 foi desenvolvido também um trabalho que era o IPT, a Defesa Civil – nessa época eu não estava na Defesa Civil, era comandante do Corpo de Bombeiros do Estado, lembro-me muito da presença do Coronel Edson, que era o comandante da Capital. Foi desenvolvido um projeto-piloto, que era um trabalho desenvolvido pelo IPT, e esse trabalho até hoje acredito que permanece ainda como patrocínio do IPT. Então, foram esses os dois trabalhos.

Nesse período também, ainda como comandante do Corpo de Bombeiros juntamente com o IPT, assinamos um termo. O IPT buscava recursos junto ao Governo Federal para a elaboração de uma cartilha que seria para assentamentos precários, não para São Paulo e sim para todo o Brasil. Assinamos esse termo, eu como comandante do Corpo de Bombeiros e o coordenador naquela época era a Comissão de Defesa Civil que assinou pelo Município de São Paulo.

Posteriormente, quando fui convidado para vir para a Defesa Civil, esse recurso, o IPT tinha conseguido o recurso, aí nós assinamos agora já como Defesa Civil. Lembro-me muito bem de uma reunião que nós comparecemos no IPT, onde fomos avisados dos recursos. E o Sr. Tomina, que era o responsável, fez a exposição dos recursos; quando ele disse que aquele recurso era para o IPT, não se destinava nem ao Corpo de Bombeiros nem à Defesa Civil. Então, ele elaborou uma cartilha com o trabalho do pessoal do IPT, em que ele fez algumas visitas a alguns assentamentos em todo o Brasil, alguns equipamentos foram adquiridos também com esses recursos; e posteriormente ele apresentou esse trabalho para a área do Governo Federal. Hoje, na Capital, devido aos incêndios ocorridos, foi criado o Previn, em 2010, que é o que tem hoje na Capital que se trata da área de prevenção. O Previn não é subordinado à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, ele fica na Secretaria da

Coordenadoria das Subprefeituras. Nós apenas somos participantes desse grupo, em que se encontram o Corpo de Bombeiros, a Coordenadoria das Subprefeituras e a Defesa Civil. Quem faz a contratação do Zelador, já adquire o material e coordena todo esse trabalho, é a Secretaria das Subprefeituras. Pelo que nós temos conhecimento, já foram contratados mais de 120 Zeladores para esses assentamentos e já foram instalados em, aproximadamente, 50 assentamentos aqui da Capital. Alguns estão um pouco mais avançados, outros menos avançados. Acredito também que, em poucos Estados do Brasil e em poucas cidades do Brasil, há um trabalho de admissão do que se projeta pelo trabalho do Previn, digo que é um trabalho ainda embrionário, lembrando que esses integrantes não são profissionais que combatem incêndio...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Paiva.

O SR. TONINHO PAIVA – Sr. Presidente, Coronel, a gente sabe que o senhor tem uma vasta folha de trabalho, uma experiência muito grande aqui na cidade de São Paulo, o senhor comandou o Corpo de Bombeiros no Estado. Agora, esta CPI tem como foco alguns incêndios mais recentes, então, não sei se o Presidente e os demais membros concordam da gente se ater a esses incêndios que ocorreram recentemente. O que o senhor, com a sua experiência... Se provém da temperatura, nós estamos atravessando um período sem chuvas, há mais de 50 dias sem chuva na cidade de São Paulo. Mas ocorrem alguns incêndios, e disso eu me lembro muito bem, em vésperas de eleição, e não vi comentar nessas atuais, mas lá atrás foram tecidos vários comentários até de incêndios criminosos que, muitas vezes, não chegaram a ser definidos. Então, dentro das possibilidades, porque esta CPI deve ser prorrogada, para que o senhor possa nos auxiliar quanto a esses últimos acontecimentos, como o da Vila Prudente, o de Paraisópolis, e mais alguns que eu deveria lembrar ou os colegas lembrarão. São Miguel.

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Para que a gente tenha uma ideia da influência do

tempo à propagação do incêndio em assentamentos ou nas chamadas favelas, eu vou lembrar o seguinte: o mês de junho foi o mês em que tivemos o maior índice pluviométrico dos últimos tempos. Nós não tivemos nenhum incêndio em favela. Por outro lado, final de julho, mais ou menos na metade de julho, agosto, foram os meses em que tivemos os maiores índices de falta de chuva, ou seja, não tivemos chuva nesse período, com a baixa umidade relativa do ar, nesse período, nós tivemos vários incêndios. Nós costumamos dizer que temos também como causas de incêndios: sobrecarga de energia elétrica, acidentes domésticos, e temos também os ditos incêndios chamados criminosos. É muito difícil fazer uma alegação de que o incêndio é criminoso, ou não. Quem determina isso, normalmente, é a polícia técnica científica, que faz essa análise. E já vou dizer aos senhores que ela encontra, muitas vezes, muitas dificuldades em chegar à exatidão do que ocorreu ali; porque, quando o Corpo de Bombeiros chega a um local para extinguir o incêndio, logo após a extinção do incêndio em favela, há necessidade dele fazer um rescaldo. E, muitas vezes, as famílias que moram ali reclamam que há alguém desaparecido, então há necessidade de que esse rescaldo, que o removimento desse material seja feito com muito cuidado. Daí você acaba alterando o local do incêndio. Mas alguns incêndios, como esse que nós tivemos na Vila Jaguaré... Na Favela do Moinho – tem um representante do Moinho, se eu estiver falando errado ele pode até me corrigir –, foi dito que uma pessoa que ali habitava foi a que provocou, que deu início ao incêndio. Agora, naquela época, no Moinho... Digo isso porque fiquei lá no natal e no ano novo, nós ficamos vários dias lá, embora fosse dezembro, estávamos passando por um período de baixa umidade relativa do ar marcante. Então, aquele ponto de ignição, aquele incêndio que a pessoa coloca no barraco dela, ou aquele acidente que acontece, muitas vezes, o acidente ou o curto circuito que, muitas vezes, poderia pegar apenas num barraco ou, quando muito, numa pequena área, com a baixa umidade relativa do ar... Se nós formos para Santo Amaro, onde tinha fortes ventos, e numa encosta, isso facilita muito a propagação. Em Santo Amaro, além da baixa umidade relativa do ar, tinha um lixão, o vento forte batendo e a baixa umidade, até a parte de alvenaria foi atingida

ali. E nós costumamos dizer também que quem segura incêndio em favela é a parte de alvenaria, onde temos o que chamamos de compartimentação. Eu estive no Japão, onde existem essas unidades antigas, e eles constroem, fazem compartimentação, porque se pegar fogo só pega naquela parte. E aqui em Santo Amaro, nós tivemos uma característica marcante: A intensidade das chamas era de tal forma que até a parte de alvenaria foi atingida. Então, praticamente toda aquela área ali foi dizimada. Daí, a conclusão que nós temos da Defesa Civil: O tempo, a baixa umidade, a falta de chuva, tem contribuído muito para os recentes incêndios na Capital. Agora a parte criminal, a parte criminosa, nós não conseguimos, nós não fazemos essa investigação, a não ser esses dois casos do Moinho e do...

O SR. TONINHO PAIVA – Para aproveitar essa oportunidade, no final de uma investigação, de uma conclusão do inquérito, o senhor deve receber um relatório final. Não chega para o senhor.

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Não, não recebemos. Ela é encaminhada... Porque normalmente o Delegado instaura o inquérito policial e é ele quem recebe a documentação da Polícia Técnica Científica. Esse outro incêndio ao qual estava me referindo da Marginal, pela população local, que disse que foi também um habitante daquele local que, de manhã, já dizia que colocaria fogo, e colocou fogo; tanto é que, quando nós chegamos, ele estava sendo atendido pelo médico, pelo resgate, porque a própria população estava fazendo justiça pelas próprias mãos. E ele foi conduzido para o Distrito Policial.

O SR. TONINHO PAIVA – Esse é o recente ali na Marginal? Nada tem a ver com o do Moinho?

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Não, nada a ver. O do Moinho é outro caso. Só para dizer que, além da parte de sobrecarga da energia elétrica, além dos acidentes domésticos...

O SR. TONINHO PAIVA – Mas o senhor mencionou também que o do Moinho teria uma possibilidade de uma pessoa... E está aí o representante da comunidade que poderia realmente falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Só uma questão de ordem.

O nosso convidado, o Sr. Francisco Antonio Miranda, antes de se manifestar, precisa fazer a leitura do termo de compromisso.

Por gentileza, Sr. Francisco.

O SR. FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA MIRANDA – Boa tarde a todos.

“Eu, Francisco Antonio Oliveira Miranda, convocado para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas e responsabilidades pela recorrência dos incêndios em favelas no Município de São Paulo, bem como, as providências que o Poder Público vem adotando para prevenir novos sinistros e o efetivo cumprimento das finalidades, dos projetos, dos programas de assistência a essa população, com prazo de 120 dias, Processo RDP Nº 08-006/2012, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.”

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Vereador Toninho Paiva, eu gostaria que você, por gentileza, repetisse a pergunta para o nosso convidado, o Sr. Francisco Miranda.

O SR. TONINHO PAIVA – Sr. Francisco Miranda, o senhor ouviu, com certeza, atentamente as colocações do Cel. Paca, que mencionou a possibilidade de um morador da Comunidade do Moinho ter realmente precipitado, e foi o causador do incêndio. Foram palavras do Coronel. Eu não sei se é a realidade que você vem aqui para depor; ou pode realmente nos dizer o que você acha, o que aconteceu, na verdade, lá.

O SR. FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA MIRANDA – Eu queria começar bem antes do incêndio que ocorreu em 2011.

Existiu, na Comunidade do Moinho, um incêndio de proporções muito maiores em 98. Na época, houve a perda total de toda a comunidade. E, novamente, a comunidade se mobilizou e se reestruturou novamente no local.

Anterior a 2011, ao acontecido em 22 de dezembro de 2011, existiram vários focos de incêndios – pequenos focos –, e principalmente na área do prédio, que foi onde começou o incêndio de 22 de dezembro, e em todas as ocasiões que ocorreram no prédio – que eu me lembro, três vezes – o fogo não se alastrou “perante” fora do espaço do prédio. Essa, em quatro vezes, foi a única vez que o incêndio se alastrou por toda a comunidade, “onde” o seu início de foco se originou dentro do prédio. O prédio, mediano, com comprimento de 500 metros, sempre teve uma urgência do Corpo de Bombeiros em estar resguardando o prédio antes que se alastrasse o fogo por toda a comunidade. Essa foi a única vez, que eu me lembro, que esse incêndio teve essa proporção tão devastadora.

O relato do Coronel é verídico.

P – Espere aí. Há quantos anos você está na comunidade?

R – Dez anos.

P – Você pertence a alguma entidade lá? Tem cargo em alguma entidade?

R – Eu fui coordenador da associação passada. Sou colaborador, hoje, e faço parte de movimentos sociais.

P – Lá tem uma associação?

R – Sim.

P – Tá.

R – Então, o relato do Coronel é verídico. O incêndio de 22 de dezembro, de 2011, ocorreu por parte de uma moradora que sofria deficiência mental. Os próprios moradores e vizinhos viram, são testemunhas, e relataram todas essas ocorrências à Polícia, à perícia – está registrado no DP 77 de Santa Cecília. A comunidade não recebeu o inquérito em mãos; a conclusão do inquérito da Polícia Militar não foi fornecido, até então, para a comunidade. A gente foi até a Delegacia de Polícia umas vez três vezes para pedir esclarecimentos e eventual conclusão do inquérito, mas até então a comunidade não tem esse inquérito em mãos. Por isso, até, não consegui trazer esses papéis até a Mesa.

A SRA. EDIR SALES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Pela ordem.

A SRA. EDIR SALES – Eu gostaria de agradecer a presença do Coronel aqui, totalmente disponível para responder as questões não só da Comissão como também de todos que aqui estão presentes.

Gostaria de perguntar ao Coronel Paca a respeito de qual é o trabalho que está sendo feito na prevenção desses incêndios.

Por favor, Coronel.

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Conforme eu disse, existe o Previn desde o ano 2010.

O Previn é um trabalho entre o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e a Secretaria das Subprefeituras. Esse trabalho é coordenado... todo o foco dele é pela Secretaria. É ela que investe na contratação dos zeladores – os chamados zelados –, e também é ela que investe na aquisição de equipamentos e materiais de proteção para esses moradores.

É bom lembrar, nós sempre falamos, que esse pessoal é orientador da comunidade. Quando muito, eles poderão dar início a um princípio de incêndio, porque à medida que esse incêndio aumenta, aí é um trabalho para profissionais – homens treinados, e que, por lei, também são os responsáveis por isso, que é o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. Também é bom lembrar que o simples de você ter uma brigada de incêndio numa comunidade não quer dizer que existe a segurança 100%.

Nós já tivemos grandes incêndios aqui no Estado de São Paulo onde existia a brigada de incêndio, existiam profissionais de incêndio, como é o caso da própria Volkswagen e da Nestlé, e, no entanto, nós tivemos grandes incêndios.

Então o trabalho principal dos zeladores é prevenção, orientação da retirada das pessoas do local, a preparação das rotas de fuga, as palestras, etc. Reside nisso o principal trabalho deles.

Então são 50 comunidades, 51 comunidades, em que o Previn já foi implantado.

É evidente que a pergunta que virá a seguir acredito que será... Mas nós temos quantas favelas em São Paulo?

Oficialmente, pela Secretaria de Habitação, nós temos 1.616 favelas na cidade de São Paulo. Extraoficialmente – porque a favela, muitas vezes, surge de um dia para o outro – como foi praticamente aquela de São Miguel Paulista, que, em menos de 20 dias, já estava instaladas –, números recentes, o pessoal fala em um número acima de duas mil favelas existentes na Capital de São Paulo.

P – E nesse trabalho que os zeladores fazem está incluso também a verificação de extintores de incêndio, não é, Coronel?

R – Sim. O extintor é mais para combate a princípios de incêndio. Também estão previstos nesses trabalhos a instalação de hidrantes nas proximidades das favelas e das rotas de fuga.

Nós estivemos recentemente lá em Campo Belo visitando uma delas, onde tem toda a rota de fuga assinalada, tem hidrantes, tudo o mais.

Mas eu volto a frisar: as favelas em que a maioria das moradias são constituídas por madeiras e outros artefatos que tem uma inflamabilidade muito rápida dificilmente, num princípio de incêndio, você consegue controlar. Quando você alia isso à temperatura que nós estamos vivendo nos últimos dias e à baixa umidade relativa do ar, nós temos uma propagação muito rápida, e que dificilmente esse zelador consegue combater. Aqueles favelas onde você já tem a parte de alvenaria construída, onde você tem rotas de fuga também, e toda a parte de alvenaria, que funciona como uma compartimentação, ali você tem mais tranquilidade – como é o caso, hoje, de Paraisópolis.

Paraisópolis, eu fui num incêndio recente; foi o último que nós fomos lá. Pegou fogo apenas... Eu não sei se eu posso falar. Mas só queimaram seis barracos, porque o resto, no entorno dos barracos, eram de alvenaria – porque se fossem de madeira, mais barracos seriam

queimados. Aquele incêndio de São Miguel, onde a totalidade era de madeira, queimou tudo.

P – Obrigada, Coronel. Agora continuamos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Eu quero cumprimentar o Coronel Jair Paca, que eu conheci num incêndio da Zaki Narchi, quando nós fomos atuar lá. Eu trabalhava no Jaçanã. Lá é Santana, mas pediram ajuda e nós nos encontramos lá.

As minhas perguntas já são praticamente o que a nobre Vereador Edir tinha falado; mas eu vou acrescentar algumas coisas.

Esse plano de prevenção, o Previn, é superimportante, realmente. Mas existe alguma coisa mais estratégica.

Exemplo: você tem uma favela. Existe, por parte da Prefeitura, ou da Defesa Civil, um monitoramento das construções dos barracos. Existe um bloco compacto – todos os barracos, tudo, um do lado do outro. Uma das maneiras pelas quais se poderia aliviar um pouco incêndio é deixar alguns vazios, ou grandes corredores, alguma coisa, que seria...

O SR. JAIR PACA DE LIMA – É a compartimentação.

P – Isso. Exatamente. Mas vocês fazem isso? Fazem uma orientação, no setor de “Hab”, uma orientação para que os moradores se conscientizem? Porque, se sobrar um pouquinho – eu conheço o que favela –, o cara vai lá e faz o famoso puxadinho. Mas só que precisa alertar os moradores, e os próprios moradores fiscalizarem isso. Existe essa preocupação de vocês?

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Eu diria que é muito difícil esse tipo de fiscalização, mesmo porque nós temos vários tipos de favelas – a favela que se encontra em terreno particular, favela que se encontra em terreno da Federação, favela que se encontra em terreno do Estado e favela que se encontra em terreno do Município.

Hoje, além do Previn, nós, da Defesa Civil, estamos distribuindo alguns folders para a população, falando dos riscos. Mas é muito difícil esse trabalho nas comunidades, principalmente onde não há o zelador, o trabalho de orientação. Você faz aquela orientação,

mas é como o senhor disse: uma hora que não está sendo ocupada é imediatamente ocupada pelo pessoal.

Eu sou partidário, eu sempre falo sobre a compartimentação, porque é ela que vai segurar o incêndio em favela, porque o incêndio chega ali e para. Você pode fazer um sistema de compartimentação com alguns barracos construídos com alvenaria, ou até um muro, do qual o incêndio não passa. É como se fosse uma espécie de aceiro, que o pessoal utiliza muito no combate a fogo em mato, no interior.

P – Agora, na sua ideia... Eu sei que é difícil fazer a compartimentação.

R – Sim, também é muito difícil.

P – Mas quem deveria fazer isso?

R – Tudo acaba voltando para o Poder Público. Inclusive, me perguntaram também como se resolve o problema das favelas em São Paulo. Ora, nós sabemos a resposta: é com a acomodação das pessoas... é com a Habitação.

P – Agora, vocês mandam algum ofício, algum...

R – Não, não, não.

P – ... uma recomendação aos superiores para que façam isso?

R – Não, não, isso aí faz parte do Previn, onde já está previsto isso daí. Nós temos 31 subprefeituras na Capital. Cada subprefeitura tem uma coordenadoria, tem uma Cordec – Coordenadoria Distrital de Defesa Civil. Então esse pessoal que fica subordinado ao subprefeito local é o que faz a estratégia da defesa civil.

P – O subprefeito?

R – É, e nós também, que acabamos orientando também esse coordenador distrital nesses trabalhos.

P – A Defesa Civil faz visitas constantes nas favelas?

R – Sim, nós constantemente fazemos visitas. É bom lembrar que, além do problema de incêndio nesses assentamentos, também nós temos a época das chuvas. Na

época das chuvas, muda a configuração, e nós passamos a ter enchentes ou escorregamentos. Portanto, todos esses assentamentos, de uma forma ou de outra, são visitados – ou pela coordenadoria central ou pelas Coordenadorias distritais de defesa civil, que é aquele homem que faz a visita, que conhece o líder local e que conversa com ele.

Existe o equipamento, vocês fornecem. Tudo bem. Cursos de combate a incêndio vocês também o fazem.

Existe cadastramento na mão de vocês, não só em Hab, das pessoas que moram numa favela?

R – Não entendi.

P – Existe cadastramento das pessoas – quantos barracos...?

R – Não. Esse cadastro é da Habitação.

P – Ela faz.

R – Sim, ela faz.

P – Mas não é interessante você terem isso?

R – Nós só temos...

P – Eu vou explicar por que, Coronel: porque se vocês fazem as visitas... A “Hab” é muito cômoda: a “Hab” só vai lá quando a chamam. Você sabe como funciona; nós sabemos.

Agora, se vocês fazem essa visita e têm o cadastro, vocês conseguem monitorar o crescimento ou não.

R – Esse cadastro... quem tem acesso é o pessoal da coordenadoria distrital. Eles, juntamente com o pessoal da Guarda Civil, fazem, normalmente, todo esse monitoramento.

P – Mas não ajudaria se eles estivessem com vocês? Porque vocês são competentes. Eu conheço o trabalho de vocês.

R – É que o nosso é central. O nosso trabalho é descentralizado. Nós vamos sempre em apoio à coordenadoria distrital. Então, quando tem um incêndio num local, vamos em apoio a eles, porque o trabalho do dia a dia é da coordenadoria distrital que, em

consonância com a Guarda Civil, realiza os trabalhos de...

P – Mas a gente precisaria, Presidente, ver se esse pessoal está fazendo, porque é muito triste a gente ficar perguntando porque aconteceu a causa do que aconteceu. As causas até a gente já sabe alguma coisa, como o nosso morador, o nosso representante falou e pessoas que moram ali. Mas a gente precisa pegar na prevenção, como a Edir falou, porque se não, não adianta nada. Se fizermos a prevenção, não vamos ter incêndio. Com uma boa prevenção, se evita bastante. Agora, mesmo assim, fazendo a prevenção pode ser que aconteça. Então, acho que a gente precisa pegar muito nesse tema de prevenção para evitar isso daí. Agora, se não fizer o que a gente estava perguntando, não vai adiantar nada. Agora, não vai ter mais incêndios porque vai começar a época de chuvas. Mas, logo, logo, se não fizer alguma coisa nesse sentido...

R – Volta tudo novamente.

P – Aí eles são vítimas. Eles estão lá – não porque querem -, às vezes, é uma condição que tiveram para morar em favela.

Bom, agradeço, Sr. Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Deixa eu transmitir uma pergunta minha, Coronel: quando nós sugerimos à Câmara Municipal de São Paulo a implantação desta CPI, estávamos em pleno verão, chovia muito, e nós tivemos uma sequência, no início do ano, de vários incêndios, parecidos com esse que estamos enfrentando agora, durante a seca, o senhor colocou a questão da seca, da baixa umidade do ar, e a gente está vendo vários parques no entorno da capital sendo incendiados, e os bombeiros trabalhando dia e noite.

Mas essa relação do verão, que foi no início deste ano e, por isso, a gente propôs: qual é essa relação? Por que no verão, também, nós tínhamos tantos incêndios?

O SR. JAIR PACA DE LIMA – No verão, nós tivemos, também, fases de calor, não choveu e tivemos baixa umidade relativa do ar, foi o exemplo da Favela do Moinho, no dia 22 de dezembro. Me lembro muito bem que, nesse período – quando falei da baixa umidade

relativa do ar ... ela não é a causadora do incêndio, mas ela facilita a propagação -, eu lembro muito bem que, quando fiz essa afirmação, um jornalista, criticando a minha fala disse: “Bom, agora, o Coronel Jair está falando que é o tempo que está ajudando.” Eu não quis dizer aquilo, quis dizer que o tempo contribuiu. Vou lembrar ao senhor, também, uma época em que tivemos o acidente do metrô, quando tivemos um mês de janeiro em que não choveu, foi totalmente atípico. Se tivesse chovido, aquela tragédia teria sido maior, quer dizer, às vezes, você tem na capital algum tempo em que você quer a temporada de chuvas, e ela não acontece. Ela causa um hiato de quinze, vinte ou trinta dias e essa ilha de calor que nós temos na capital, com prédios, com áreas asfaltadas, isso acrescenta muito essa propagação de incêndio aqui na capital. Não sei se respondi a pergunta.

P – Esta CPI foi constituída para a gente estar analisando os últimos cinco anos. Sei que o senhor já mandou muita documentação. Aviso a imprensa de que está à disposição. É só fazer o requerimento aqui na Secretaria.

Agora, até para que fique registrado aqui, os números de favelas pegando fogo, estão aumentando na capital ou diminuindo?

R – Quando o senhor me fez essa pergunta, na última vez que aqui estive, até disse: olha...

P – É que foi fora do microfone.

R – Foi fora desse pico de nove. Depois dessa última vez, nós já tivemos mais nove incêndios – e alguns reputo como grandes incêndios – em favelas. Mas se a gente fizer uma análise dos números, eles não estão extrapolando muito não, porque se nós voltarmos a 2000 ou 2000 e pouco ou ao final da década de 90, nós vamos verificar que é um recorrente, aqui na Capital, esses grandes incêndios em favelas.

Lembro também que um comentarista na rádio, ele estava falando: “A explicação de São Paulo está diferente. São Paulo tem 500 favelas, o Rio de Janeiro tem 600 e você não ouviu falar que no Rio de Janeiro tem incêndio em favela.”

Ele esqueceu que as características de lá são diferentes. A maioria das favelas do Rio de Janeiro é de alvenaria. Embora elas fiquem nos morros, elas são de alvenaria. O comportamento é como a residência, ela vai pegar fogo só naquele local, é um fogo em residência.

As nossas, não. Muitas ainda não são de alvenaria. Ainda ontem estava vendo a televisão e estava mostrando um incêndio em favela de Campinas. Você olha as características da favela de Campinas e são iguais as daqui da Capital, de madeira.

Nós teríamos de dar uma olhada nos números, eu diria que está dentro de um padrão de normalidade, embora, de vez em quando, ele tem uns picos, sobe, mas ainda está dentro daquela normalidade das décadas.

Em 1987, eu estava vendo um dado, já se constatava, na Capital de São Paulo, que tinham mais de 2 mil favelas. Essa ocupação irregular não é do início do século, ela já vem da década de 70. Desde 1970 ela já tem essas ocupações irregulares, tanto como favela de madeira ou as áreas de risco que temos nas encostas de São Paulo, às margens dos córregos e rios. Portanto, ela vem lá de trás.

Nós vamos nos deparar com isso. Acredito que os nossos filhos também. Espero que isso não aconteça, mas é uma solução de longo prazo. Eu também volto a enfatizar que acredito que a solução definitiva é quando tivermos moradia para toda essa população. Vai morar em áreas onde tem compartimentação e proteção.

O SR. TONINHO PAIVA – Há quantos anos o senhor está na Defesa Civil?

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Eu entrei na Defesa Civil em 2005. Fiquei até 2008. Afastei-me por 12 ou 14 meses. Voltei e me afastei por 3 meses. Juntando tudo dá 5 anos e alguns meses.

P – Tem uma favela na Penha, exatamente na Guaiuna, na antiga fábrica da Caio. Todo o começo - a gente sabe da rapidez, são organizados, tudo isso daí a gente conhece, mas começou com meia dúzia de barracos e não foi tomada providência. Apesar de alertado

por pessoas que residiam, voltam.

Independentemente disso daqui, o senhor sabe muito bem, porque além do bombeiro, e aqui a imprensa e todos sabem que não só há o risco de incêndio, mas o risco da criação de tráfico, de pessoas que vão para o crime e que se tornam e voltam, dessas comunidades, o risco que correm.

Eu, francamente, só vejo aí e conheço bem, tem uma atuação boa a Bete França, mas a Prefeitura só vai pagar o aluguel, a área de risco. A pessoa sai da área de risco, paga o aluguel para se mudar e depois de um mês ou ele volta ao mesmo lugar ou volta a outro lugar. Isso é de conhecimento de todos. Pode ser que não estamos falando nenhuma novidade. Eu não vejo uma coisa firme para se tomar providência.

Esta CPI, Sr. Presidente, acho que teremos de levar em consideração a colocação que estou fazendo porque se paga, precisaria chamar a Elisabete França que ela é que faz o pagamento e muitas pessoas são já fregueses de receber – ou vão e mudam de lugar ou no voltam ao mesmo local.

Essas coisas, já que estamos levando com bastante seriedade, precisamos tomar algumas providências até para ajudar. Senão não adianta ter o Poder Legislativo para fiscalizar. Tem de ser uma coisa um pouco mais dura. O senhor não acha? E por parte também da Defesa Civil, um contato com as subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Então, o Vereador Toninho Paiva... Eu já estou pedindo para o pessoal que está nos secretariando já preparar um requerimento para convocação da Bete França. Se os demais membros concordarem... Nós já temos uns requerimentos aqui que eu já vou ler no final, mas, eu concordo em convocar a Bete França.

O SR. TONINHO PAIVA – O senhor tem contato com a Elisabete França?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Por gentileza, Coronel.

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Bom, eu queria falar a respeito disso aí, Vereador, também algumas situações. Como eu disse, nós temos áreas da Federação, do Estado,

municipal e nós temos muitas áreas também que são particulares. E muitas vezes, nessa área particular, o Poder Público não tem esse poder de retirar ou de evitar a progressão dessa população. Cabe, então, ao proprietário, ele exercer o poder de pedir a reintegração de posse. Nós tivemos recentemente, em Santo Amaro, quando nós tivemos o óbito de quatro crianças, que era uma área particular, e já tinha o pedido de reintegração de posse; em seguida, foi feita a reintegração de posse. Portanto, às vezes a gente também tem essa dificuldade: área particular, o Poder Público não pode fazer a fiscalização, porque quem tem que exercer aquele poder ali é o proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Vereador, quer fazer mais uma colocação?

O SR. TONINHO PAIVA – Deixa eu só me aproveitar do Francisco. Quem pediu a presença dele aqui?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Ele se propôs a vir para fazer colocação quanto à favela do Moinho, comunidade do Moinho. Ele só foi indagado nessa questão. Se você quiser...

O SR. TONINHO PAIVA – Quantos moradores, quantas famílias tem lá?

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Hoje? Tem 408 famílias.

P – Quatrocentas e oito? Tem em torno de 1.200, 1.500 habitantes?

R – São quatro a cinco pessoas por família, segundo os dados da Secretaria de...

- Manifestações simultâneas.

O SR. TONINHO PAIVA – Em torno de 1.500, 1.600. É o que realmente... É tudo madeira? Não é nada de alvenaria?

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Algumas são de alvenaria.

P – Quanto tempo tem a comunidade do Moinho?

R – Tem 31 anos.

P – Trinta e um anos? O senhor conhece bem já?

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Conheço. Inclusive, o Moinho, onde foi seguro o incêndio, foi na parte de alvenaria, onde tinha uma igreja e tinha uma construção de alvenaria. Então, não houve propagação para aquele outro lado.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Lá foi onde parou o foco do incêndio.

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Foi onde parou. Se não tivesse essa parte de alvenaria, o número de barracos queimados, de construções teria sido bem maior. Parou onde tinha uma construção de uma igreja e umas construções de alvenaria.

O SR. TONINHO PAIVA – Tem se instalado novas casas lá?

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Não.

P – Não?

R – Não. Ultimamente não tem. A própria associação tem um controle da área, das famílias. Por julgar uma responsabilidade da Prefeitura, dando assistência às pessoas que ficaram desabrigadas, a gente prefere pegar os dados das pessoas, das famílias e estar encaminhando para a Prefeitura e a associação também cobrando da Prefeitura um assistencialismo, para que não se tenha um retorno ou uma grande migração das próprias pessoas na comunidade.

P – Já teve algumas vezes que eles foram pagos com a Bolsa Aluguel para que eles se retirassem de lá?

R – Sim. Ainda existe essa proposta das pessoas que têm suas residências, da própria Secretaria de Habitação, para que as pessoas saiam para o Bolsa Aluguel no valor de 300 reais.

P – Pelo que entendi, então, acho que é oportuno o convite à Elisabete França, porque ela poderá realmente esclarecer, porque você toma conhecimento de que algumas pessoas já foram beneficiadas com o Bolsa Aluguel.

R – Sim.

P – Voltaram para lá?

R – Não.

P – Nenhuma?

R – Eu não tenho esse dado exato. Nenhuma. Mas poucas pessoas que eu conheço, que saíram, retornaram.

P – Não retornaram?

R – Não retornaram.

P – Foram morar em outro lugar?

R – Justo. Até Osasco, Itaquaquecetuba, para esses lados aí.

- Manifestações simultâneas.

O SR. TONINHO PAIVA – O senhor conhece a Favela São Carlos, na zona Leste?

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Conheço. Toda aquela... Iquatira, ali, toda...

P – Iquatira é bem mais para cá.

R – Eu fui morador da Vila Esperança por muito tempo.

P – Então o senhor pegou alguns carnavais lá.

R – Ah, sim. Carnaval de rua da Vila Esperança era o melhor de São Paulo.

O SR. TONINHO PAIVA – A São Carlos, a informação que a gente tem (11)

... a São Carlos, a informação que a gente tem e precisaríamos, realmente, aproveitar essa oportunidade, Presidente, e até fazer uma diligência lá para que a gente constate o que pode ser e o que tem por parte da comunidade, se têm instaladas novas pessoas, ou mesmo aquelas que foram beneficiadas com a Bolsa Aluguel.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. TONINHO PAIVA – Não. Na São Carlos eu conheço algumas coisas, mas eu até gostaria que a gente segurasse um pouco, mas no Moinho... ou no (ininteligível)

O SR._____ - Pela ordem, Sr. Presidente. Tenho de me retirar agora porque estão me chamando para abrir a comissão de transportes, que se inicia às 13h.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Está concedida a sua ausência. Eu

também tenho de ir para Transportes e Política Urbana também tem. Então, vamos encerrar aqui. Algum Vereador quer fazer mais alguma colocação ou pergunta ao Coronel Jair Paca de Lima?

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, eu gostaria – já que o nosso representante é o Milton, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – É o Sr. Francisco Miranda.

(NÃO IDENTIFICADO) – Francisco, você se propôs a vir aqui, queria fazer algum comentário, alguma declaração? Porque, às vezes, fazemos uma pergunta, mas não é o que você quer falar, quer se manifestar, como estava antes, durante ou depois do incêndio, você quer fazer algum comentário sobre alguma coisa?

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Sim.

(NÃO IDENTIFICADO) – Então, por favor.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Em 2006, vou começar um pouco antes, sobre a pesquisa do IPT, que você falou que fariam brigadas de incêndio em comunidades e cortiços...

(NÃO IDENTIFICADO) – O trabalho foi desenvolvido.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Sim.

(NÃO IDENTIFICADO) – Foi mandado para Brasília esse trabalho.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Exatamente. Esse trabalho foi até premiado pelo Governador Mário Covas, da época, e, enfim...

(NÃO IDENTIFICADO) – Sim.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Em 2004, esse trabalho foi extinto.

(NÃO IDENTIFICADO) – Foi um trabalho, um estudo.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Existiu esse estudo e se começou a fazer um trabalho...

(NÃO IDENTIFICADO) – Não, não foi extinto.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Foi. Porque ele foi realizado em cinco regiões da

cidade de São Paulo: na zona Leste, zona Norte, zona Sul, zona Oeste e centro.

(NÃO IDENTIFICADO) – Quando?

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Antes de 2004. Se me recordo bem...

(NÃO IDENTIFICADO) – Antes de 2004, era o Comandante do Corpo de Bombeiros, da capital e do Estado.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Não estou julgando a sua participação na extinção disso. Eu estou falando que existiu esse trabalho na cidade de São Paulo. Quando se abre a nova gestão, em 2004, esse trabalho é extinto.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não. Não foi extinto porque não começou...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Vamos dar continuidade. Deixa ele acabar e, depois o senhor responde. Só um minutinho...

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Esse trabalho foi extinto pela administração executiva do momento e, posteriormente, começa a haver especulações imobiliárias, principalmente, no Moinho.

Em 2006, a Prefeitura de São Paulo abriu um processo para desapropriar toda a área da comunidade do Moinho, sem dar nenhum tipo de assistencialismo para as pessoas da comunidade. A própria Prefeitura abriu processo contra as pessoas da comunidade do Moinho para haver a desapropriação, sem dar nenhum tipo de assistencialismo. Isso é verdade porque o processo corre até hoje.

Se a CPI, a Comissão quiser os dados do processo, eu trarei aqui os dados do processo da Prefeitura contra a comunidade do Moinho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Então, eu já vou pedir para a Secretaria pedir para você, oficialmente, esses documentos.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Sim. E mais – lhes digo mais -, o trabalho da Brigada de Incêndio, que começou em 2010, a gente disponibilizou dez pessoas da

comunidade do Moinho - porque são escolhidos nas comunidades – para fazer o treinamento no Corpo de Bombeiros, junto aos órgãos competentes, foi feito esse tipo de trabalho: de estar instruindo aquelas pessoas da comunidade para se ter o necessário de competência para desenvolver seu trabalho na comunidade em caso de incêndios. Mas, até hoje, não foram instalados, definitivamente, os hidrantes na comunidade – como foi prometido no início do projeto.

E há todo equipamento de trabalho para aqueles recruta. Então, na comunidade do Moinho, todos os projetos que a Prefeitura disponibiliza, a gente tem pessoas participando. A gente faz o máximo possível para que as pessoas e a própria comunidade sejam beneficiadas de algum modo, mas a gente não tem um retorno necessário por parte da Prefeitura e nem de suas Secretarias. Isso é um fato real. Se você quiser todos os dados, eu posso trazer para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - Eu quero que você emita sim, por escrito, todos os dados que tiver. Traz aqui na Secretaria.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Posso trazer as pessoas que foram indicadas pelo Corpo de Bombeiros para serem os brigadistas da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - Pode trazer junto também com a documentação. A próxima reunião será daqui a 15 dias. Você pode trazer os documentos com as pessoas também, sem problema.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Esse era um relato que eu queria falar para vocês e outra, todos os incêndios na comunidade do Moinho têm a proximidade das ribeirinhas da linha do trem. É uma coisa assim que, às vezes, assusta a gente. Não estou dizendo que a eventual empresa esteja querendo que a gente saia. Existe o processo que é intrigante com a comunidade e existe sempre essa dúvida na cabeça. Por que tanto incêndio à ribeirinha das linhas, entendeu? Nunca começa um foco no meio da comunidade. Nunca existiu isso.

Então, são fatos que, muitas vezes, a gente fica nos perguntando e vendo inúmeras

construtoras...

O SR._____ - Francisco, desculpa, você acabou de falar antes, uma meia hora antes, você falou que tinha uma senhora que você descobriu que era.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Sim, mas existiram muitos outros incêndios.

O SR._____ - Aí, depois, você já está pondo em dúvida por que começa sempre na linha. Então, tem uma coisa esquisita. Esse último incêndio foi essa senhora.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Sim.

O SR._____ - Então, tudo bem.

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Mas, os outros não deixam dúvidas. Entendeu?

Aconteceram três anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - O maior deles foi o último?

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Foi o último.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - Em função do horário, Francisco, a gente pode ir para o nosso encerramento?

O SR. FRANCISCO MIRANDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - O Cel. Jair Paca de Lima queria fazer um comentário em cima da fala do Seu Francisco?

O SR. JAIR PACA DE LIMA – É, seria bom que a comissão também solicitasse os quatro assentamentos que ele disse que existiu antes de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - Então, fazer mais um requerimento aqui. Vamos pedir também esses assentamentos. Mais alguma coisa, Coronel?

O SR. JAIR PACA DE LIMA – Não. Só agradeço a oportunidade de estar aqui com os senhores e as senhoras. Espero que eu tenha sido útil à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - Acredito que sim. Muito obrigado ao Cel. Jair Paca de Lima. Muito obrigado ao Sr. Francisco Antonio de Miranda, que foram hoje

ouvidos por nós. Eu aproveito, em função de tudo que foi falado aqui, nós vamos aprovar rapidamente alguns requerimentos.

Então, primeiro requerimento é para o Sr. Francisco, para que ele traga todos esses dados do processo de apropriação e desses assentamentos. Esse é o primeiro.

O segundo requerimento é para o Sr. Secretário Ronaldo Camargo, para que traga para nós todas as informações do Previn. Já que o Coronel falou que o Previn é ligado à Secretaria das Subprefeituras. Nós queremos saber quantas favelas foram implantadas. Por que só(?) essas favelas foram implantadas. Enfim, todos os dados possíveis do Previn.

Também por sugestão do Vereador Aníbal de Freitas, acatada pela Presidência, nós vamos convocar a Sra. Elisabete França, não para a primeira reunião e sim para a segunda e eu explico por que na sequência. Por que, na primeira, nós já estamos convocando os Srs. Subprefeitos da Vila Prudente, do Jabaquara e de São Miguel para informações e esclarecimentos em relação aos últimos incêndios, esses nove ou dez que ocorreram. Então, esses três Subprefeitos, nós propusemos até duas horas de CPI, não uma hora, na próxima, que é daqui a 15 dias, do meio-dia às duas. E a Elisabete França, na sequência, seria a outra convocada para vir dar esses dados de habitação.

Nós recebemos também, por escrito, do Tenente-Coronel da Reserva, Sr. Paulo Chaves, diversas perguntas aqui e eu vou passar essas perguntas oficialmente para o Cel. Jair Paca de Lima nos informar sobre essas indagações do Sr. Tenente-Coronel da Reserva, Sr. Paulo Chaves.

Nada mais havendo, declaro encerrada a terceira reunião ordinária da CPI dos Incêndios. A Secretaria enviará a todos os membros essas convocações que a gente acabou de falar por *e-mail* e a próxima reunião, com os três Subprefeitos, se dará no dia 26 do nove, das 12 às 14 horas.

Muito obrigado. Boa tarde.

